

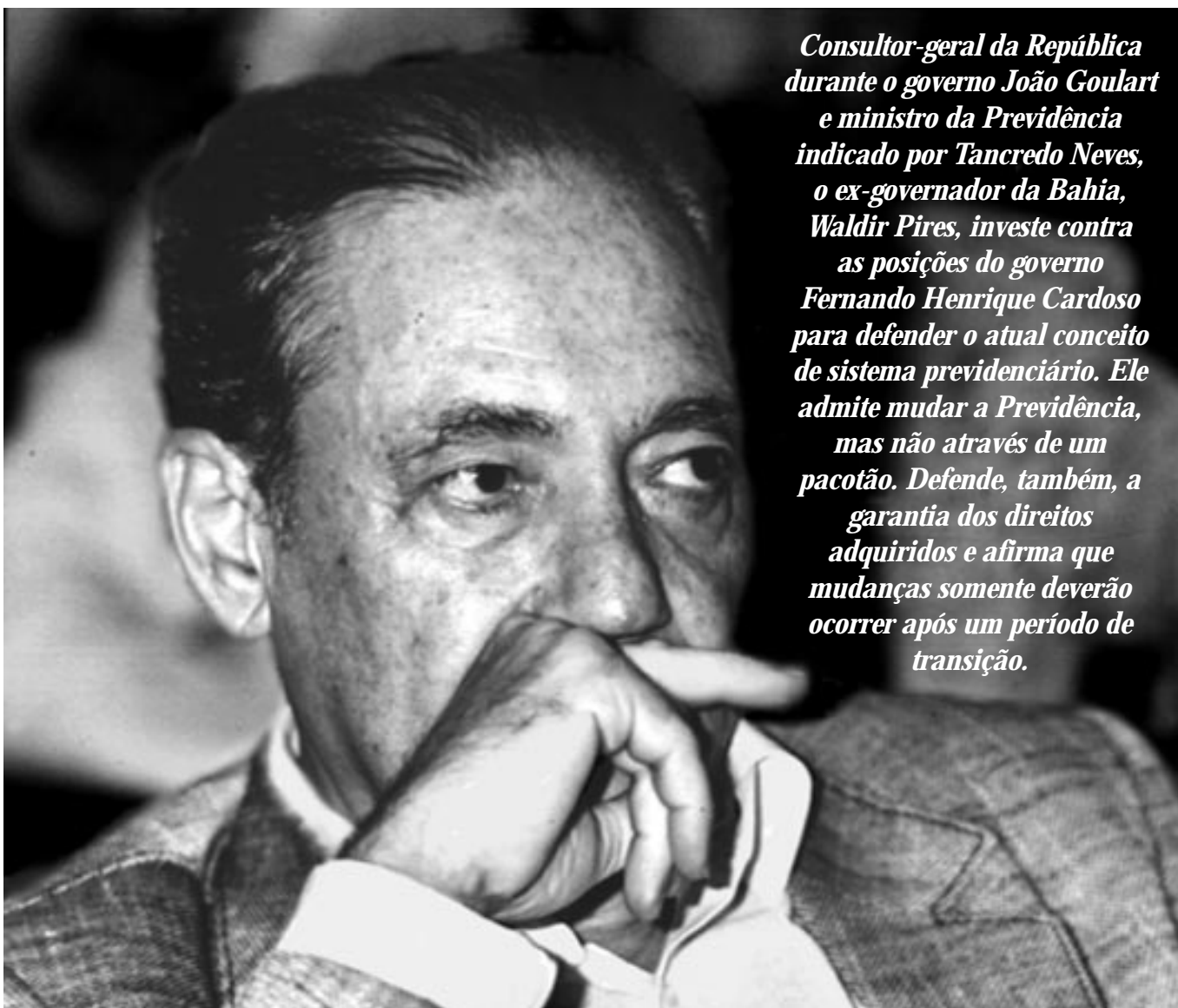
ENTREVISTA

Waldir Pires

por Carlos Baldijão e Marcos Cripa

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Fotos: Cláudio Versiani/ABRIL



Consultor-geral da República durante o governo João Goulart e ministro da Previdência indicado por Tancredo Neves, o ex-governador da Bahia, Waldir Pires, investe contra as posições do governo Fernando Henrique Cardoso para defender o atual conceito de sistema previdenciário. Ele admite mudar a Previdência, mas não através de um pacote. Defende, também, a garantia dos direitos adquiridos e afirma que mudanças somente deverão ocorrer após um período de transição.

Qual a sua avaliação em relação às reformas da Previdência encaminhadas ao Congresso?

Waldir - Entendo que a Previdência é um instrumento tão fundamental na vida do povo brasileiro que deve ser avaliada periodicamente, assim como se sofresse um monitoramento constante: um monitoramento da curva demográfica, uma análise dos impactos de despesas, novos benefícios etc. O Brasil tem uma sociedade profundamente injusta e, conseqüentemente, é necessário que, em determinados instantes, tenhamos que rever o sistema previdenciário para ampliar os benefícios e reduzir as privações da população. Portanto, entendendo que não há nada irreformável na Previdência. Agora, o que me parece absolutamente incompreensível é se pretender dizer à Nação que é preciso mudar o sistema da Previdência porque ele estaria falido e que a Constituição de 1988 teria determinado a sua inviabilidade absoluta. Com este tipo de análise, nós poderemos vir a assistir a loucura de mudar o próprio conceito, a essência da política da Previdência no Brasil. Poderemos perder a idéia básica de que a Previdência está assentada num contrato de gerações, num contrato de solidariedade dessas gerações. Então, me parece uma coisa incompreensível, injusta e irresponsável que se esteja transmitindo à Nação esse quadro de falência da Previdência.

Mas, não é verdade que a Previdência está falida, em crise?

Waldir - Não, isso não é verdade. E aí posso dar meu testemunho, porque já ocupei o cargo de ministro da Previdência. Quando assumi o ministério, no alvorecer da redemocratização do Brasil pós-64, a idéia básica era de que a Previdência estava

absolutamente falida, que era preciso fazer uma elevação significativa das alíquotas e que a Previdência era inviável. Era indispensável privatizá-la, diziam. É verdade que encontrei uma realidade de déficit no ano de 1984, além de uma sucessão de déficits dos anos anteriores. Mas, o que pude notar, com uma enorme perplexidade, é que a Previdência não dispunha, naquela ocasião, de instrumentos para dirigir um dos setores mais importantes da vida social do país. Então, esta

O que me parece incompreensível é se pretender dizer à Nação que é preciso mudar o sistema da previdência porque ele estaria falido e que a Constituição de 1988 teria determinado a sua inviabilidade absoluta.

retórica de hoje é reprodutora da mesma retórica de dez anos atrás. A diferença é que a Previdência, nesses últimos anos, tem apresentado uma performance de equilíbrio e, em alguns momentos, até de superávit. De modo que lamento esta ameaça de desestruturação de um sistema importante para a população brasileira e que está assentado na solidariedade que deve presidir nossas relações sociais. Os argumentos de falência da Previdência são frutos da desinformação, da tentativa de justificar a qualquer preço essa loucura que seria a privatização da Previdência no Brasil.

Mas se a situação não é tão ruim como se alardeia, o que leva um social democrata, como o presidente Fernando Henrique

Cardoso, seu companheiro de partido, a defender uma reforma que fatalmente levará a Previdência à privatização?

Waldir - Tenho muita esperança de que o presidente possa estimular um grande debate no país sobre esta questão, para que a Nação possa compreender qual é a realidade da Previdência Social. Espero, também, que ele não permita a continuidade da desinformação sobre o quadro da Previdência ou a predominância de interesses que não sejam legítimos. Um fator importante é que a Previdência nunca deteve as análises financeiras e do quadro econômico. Ela levantava as informações nos ministérios da Fazenda ou do Planejamento, que têm mentalidade completamente diferente. A mentalidade fazendária é muito distinta da mentalidade do profissional, do especialista em Previdência Social.

Em que momento FHC mudou de lado e passou a defender idéias que antes ele próprio condenava?

Waldir - No instante da formação da aliança com as forças mais atrasadas e corrompidas do país. Mas, tenho esperanças de que ele volte a ter uma ligação com tudo que construiu, com os trabalhos que realizou e com os estudos que efetuou.

Se o senhor entende, como disse anteriormente, que a Previdência pode sofrer mudanças, qual o melhor mecanismo para implementá-las?

Waldir - Sou favorável a mudança ponto-a-ponto e não através de um pacote como esse apresentado pelo governo. O pacote sugere a idéia de uma mudança filosófica no sistema que, atualmente, é de repartição, de solidariedade do contrato de gerações.

A quem interessa destruir o atual sistema previdenciário?

Waldir - Acho que é a essa modernidade toda que aí está. Interessa a todos os que não tem compromisso com a sociedade, não tem compromisso com a vida, com o destino das pessoas.

Há interesses de grupos econômicos?

Waldir - Sim, há o interesse de grupos financeiros, mas não vejo nenhuma incompatibilidade entre termos o sistema básico da Previdência pública em cima desse conceito de repartição, como atualmente existente, e um sistema complementar que pode ser público ou privado ou mesmo que, fundos de pensões sejam implantados, até por instituições financeiras. Sou favorável a um sistema público, responsável por até dez salários mínimos e, acima disso, a Previdência complementar, facultativa, pública ou privada. Evidentemente, há que se disciplinar e fiscalizar tanto o sistema público quanto o privado.

Mas, na reforma, o Estado praticamente abre mão de ser o

responsável pela Previdência.

Waldir - Há muitos setores em que se pretende suprimir a responsabilidade do Estado, como se nós pudéssemos destruir a única instituição capaz de responder pelo desenvolvimento de toda a sociedade brasileira. Não se trata de definir que o Estado volte a tomar conta dos bens de produção ou que volte a inserir-se em todas as atividades de comercialização. Não se trata disso. Creio, sim, que o Estado deve estar presente em setores estratégicos da vida econômica brasileira, sobretudo para impedir o monopólio. E aí vale uma ressalva fundamental: o monopólio privado é uma coisa completamente diferente do monopólio público. Enquanto o segundo existe para impedir a violência contra as pessoas, a violência contra os interesses das minorias, o primeiro existe para obter lucros às custas da poupança pública. Por isso, sou favorável ao monopólio do petróleo. Ninguém sai do monopólio público do petróleo, senão para outro monopólio, que é, exatamente, o privado. No caso da Previdência, são os mesmos

velhos interesses de acumulação de poupança que estão em jogo, porque estamos falando do segundo maior orçamento do país. O orçamento da Previdência brasileira é maior que o orçamento público da Argentina. Trata-se de um volume extraordinário de dinheiro. Por isso, a Previdência não pode ser conduzida por interesses que não sejam os legítimos interesses da sociedade brasileira. Caso contrário, deve ser considerado um crime.

Os fundos da Previdência não podem ser utilizados para captar recursos no mercado. Qual a importância que tem esse fato em relação à idéia de privatização?

Waldir - A Previdência, hoje, não tem fundos para investir porque eles são destinados a financiar as despesas, pagamentos de benefícios e isto ela vem fazendo de forma equilibrada. A Previdência não tem mais a folga que chegou a ter no passado, quando pôde financiar a construção de Brasília, algo em torno de 25 bilhões de dólares, ou quando, durante todo o período da ditadura militar, foram suprimidos os de-

Na Bahia, eleição para o Senado foi fraudada, diz Waldir.

Deputado federal na última legislatura, Waldir Pires optou por disputar uma das vagas ao Senado pelo estado da Bahia. Seu principal opositor, Antônio Carlos Magalhães (PFL) – imbatível na disputa direta – ficaria com um vaga, e ele, com a outra, raciocinavam os coordenadores políticos de sua campanha. E isso realmente aconteceu, mas somente até que a contagem oficial do TRE atingisse 50% da apuração. O resultado final surpreendeu e a segunda vaga foi ocupada por Waldeck Ornelas (PFL), ex-deputado federal sem expressão em seu próprio Estado, mas apoiado por ACM. Waldir Pires perdeu por uma diferença de 3.051 votos, num universo de 7 milhões.

Um exame detalhado dos boletins do Tribunal Regional Eleitoral revela que o candidato Waldeck Ornelas apresenta votação superior à própria votação de Antônio Carlos Magalhães em vários municípios onde não havia conquistado um voto sequer nas eleições de 1990,

quando concorreu a deputado federal. Outra evidência de fraude, e que levou dez partidos a pedirem a recontagem de votos para o Senado, é que em 8.300 urnas o número de votos em branco cai e a média de Ornelas excede, em muito, a média que ele vinha mantendo até que a apuração atingisse os 50%. Segundo levantamentos feitos pela equipe do ex-governador Waldir Pires, Ornelas bateu ACM em 1.410 urnas. Para Waldir, “a pressa para implementar a fraude foi tão grande, que o grupo de Waldeck Ornelas não se deu conta que estava suplantando a própria votação do chefe”.

O pedido de recontagem de votos para o Senado, o único ainda pendente em todo o país, cumpriu sua última etapa no TRE baiano no mês de março. O recurso deverá, agora, ser analisado pelo Tribunal Superior Eleitoral. Para não incorrer em erros que pudessem inviabilizar sua futura posse, Waldir Pires entrou com impugnação da diplomação de Waldeck Ornelas.

veres da União para com a Previdência e ela foi esvaziada em outros 20 bilhões de dólares. Hoje, a Previdência tem uma compatibilidade entre receita e despesa. Agora, se for implantado esse mecanismo que está incorporado na reforma previdenciária, fatalmente irá se desestruturar o Estado brasileiro. Se o Brasil adotar o modelo chileno de Previdência, ou seja, assumir a dívida previdenciária e deixar os fundos de pensões apenas com a responsabilidade futura, isso deverá custar ao Estado brasileiro algo em torno de 60 a 65% do PIB, o que significa uns 300 bilhões de dólares. E isso tudo no momento em que se está dizendo que a Previdência não pode ser mantida porque não tem recursos para coisas elementares, como o aumento do salário mínimo para R\$ 100. A sociedade e o Estado assumiriam todo o ônus do estoque, enquanto os fundos privados de pensão passariam a ser o centro de uma acumulação de uma poupança que custaria ao país os 300 bilhões de dólares que falei anteriormente. O Chile caminhou nesta direção. O Estado assumiu a responsabilidade e os fundos privados de pensão, a captação. Só para se ter uma idéia, atualmente entre 40 e 50% do PIB chileno encontram-se nas mãos dos administradores destes fundos. Isso significa um controle absoluto do destino dos investimentos no país. Enquanto isso, o Estado chileno assumiu o ônus do passivo.

Esse, seguramente, não deve ser o modelo a ser seguido pelo Brasil?

Waldir - Não acredito nesse modelo porque é basicamente um sistema de capitalização e acho um absurdo aplicar a capitalização em relação à Previdência. Defendo o conceito de con-

trato de gerações sob a responsabilidade do Estado. Porém, com uma administração eficaz, participante. Num certo período, durante minha gestão à frente do ministério da Previdência, conseguimos implantar a administração participativa de que estou falando. Implantamos uma administração aberta, com responsabilidade direcional, para impedir o mau gerenciamento, o qual muitas vezes, era corrompido e corrupto. Tínhamos, nessa época, a participação dos contribuintes, dos inativos (aposentados, pensionistas), dos empregadores e do próprio Estado. Lembro que,

A Constituição é uma beleza de modelo na seguridade social. Ela é uma grande conquista e está em sintonia com os anseios da população brasileira.

em São Paulo, o grau de desvio de recursos na prestação de serviços foi uma coisa que combatemos com a participação da sociedade. Foi constituído um núcleo de combate às fraudes, com o envolvimento dos jornalistas, via Associação Brasileira de Imprensa, dos advogados, através da Ordem dos Advogados do Brasil, dos servidores da Previdência e do Ministério Público. Esse núcleo foi extremamente eficaz e deu grandes resultados. Outra medida foi o encaminhamento de cartas às pessoas que se serviam dos serviços de saúde. Elas respondiam quantos dias tinham ficado internadas, a que tipo de tratamento haviam sido submetidas etc. Cruzávamos as respostas com as informações que constavam dos relatórios de pagamentos da Previdência e, como se pôde ver, uma medida simples foi a

responsável pela dissuasão de uma fraude gigantesca em todo o país. Defendo, portanto, o gerenciamento participativo e competente. Há realmente a necessidade de se ter um gerenciamento muito mais competente, mais atento e uma participação ativa da sociedade para se combater a corrupção.

Para administrar a Previdência com essa competência a que o senhor se refere, é necessário reformar a Constituição?

Waldir - Absolutamente, não. Ao contrário, a Constituição é uma beleza de modelo na seguridade social. Ela é uma grande conquista e está em sintonia com os anseios da população brasileira. O que a Previdência precisa é de um gerenciamento competente.

Qual a sua opinião sobre a proposta de mudança na aposentadoria por tempo de serviço?

Waldir - Acho que deveríamos evoluir para o tempo de contribuição e não o tempo de serviço. Porém, acredito que isso deva ser estabelecido por via de uma grande disciplina de transição. Sou absolutamente favorável ao respeito a todos os direitos adquiridos. As pessoas entraram no sistema previdenciário com uma determinada expectativa e eu defendo que elas sejam respeitadas. Vamos analisar, por exemplo, um homem de 45/50 anos. Ele não terá mais oportunidade de fazer uma Previdência complementar, o que significa dizer que ele estará condenado a uma vida de privações. Agora, para os que ingressarem no mercado de trabalho, estes, sim, poderão começar pela via do tempo de contribuição. Quem começar a trabalhar aos 14 anos, segundo este modelo que estou defendendo, poderá se aposentar mais cedo e de forma justa. Po-

deria ser, por exemplo, um aposentado aos 52 anos, após 38 anos de contribuição.

E o período de transição, como deve ser?

Waldir - Acho que deve haver um grande debate em torno dessa transição. No meu entender, ela deve ser muito bem disciplinada, com regras claras. Não pode simplesmente ser colocado, de forma genérica, que estão garantidas as expectativas de direitos adquiridos.

A aposentadoria especial deve acabar?

Waldir - Creio que a aposentadoria especial, para o futuro, deve estar vinculada ao efetivo trabalho de risco ou a condições estressantes na execução das tarefas. Eu não daria ao trabalhador que escava o subterrâneo de uma mina o mesmo tratamento que daria a quem está trabalhando em um escritório na cidade. Penso menos na categoria e mais na natureza do trabalho. Quanto aos que estão hoje neste regime de aposentadoria, respeito os direitos adquiridos. Qualquer mudança deve ser estabelecida através de regras que seriam disciplinadas para serem aplicadas de um determinado momento para frente.

Quanto ao fato da proposta previdenciária do governo não fazer qualquer distinção entre trabalhador rural e urbano, qual a sua opinião?

Waldir - Isto é fruto do propósito de não permitir um estudo sério dos mecanismos da Previdência e do sistema previdenciário no Brasil. Às vezes, chegam até a mencionar que não se deveria pagar aposentadoria ao trabalhador rural porque ele não é contribuinte, como se ele tivesse, porventura, a culpa por estar nesta situação. A culpa é das instituições governamentais, que são incapazes de disciplinar a vida dos trabalhadores. É preciso deixar

claro que temos dois sistemas previdenciários distintos, um urbano e outro rural, e temos uma situação de relação ativos/inativos, que nada tem a ver com o que representa, hoje, o quadro europeu, americano ou japonês.



Ela (a sociedade) vai ter de lutar para salvar a previdência pública e é preciso fazer um grande movimento em todo o país, senão pode vir a ser implantado o sistema previdenciário de capitalização, que é muito sedutor, mas que, na verdade, é um grande assalto.

O Brasil tem uma grande massa de trabalhadores em idade economicamente ativa, efetivamente trabalhando, mas que não foi incorporada ao número de contribuintes da Previdência Social. No momento em que essa massa for incorporada, haverá um crescimento de 30 a 35% no número de contribuintes. Nós ainda temos, na área de trabalhadores urba-

nos, uma potencialidade enorme para aumentar a receita da Previdência, se levarmos em consideração que existem de 17 a 18 milhões de trabalhadores sem carteira assinada. Acho que esse tipo de proposta e de análise, quanto ao trabalhador rural, faz parte de uma política voltada a desinformar a sociedade.

Como resolver o problema dos trabalhadores que não têm carteira assinada?

Waldir - O Brasil tem de 17 a 18 milhões de trabalhadores urbanos e outros cerca de 9 milhões de trabalhadores rurais sem carteira assinada. Poderiam, por exemplo, ser aplicadas alíquotas que estimulassem o registro dos trabalhadores urbanos, não a flexibilização de tudo, mas um índice que incentivasse absorver parte dessa mão-de-obra. No caso dos trabalhadores rurais, poderia ser estabelecido um percentual sobre a venda dos produtos. Com isso, os trabalhadores poderiam apresentar uma receita compatível, como se fosse uma folha salarial. Creio que a implantação da aposentadoria por tempo de contribuição e não por idade ou tempo de serviço reforçará a luta pela exigência da carteira assinada.

A sociedade deve se contrapor à reforma da Previdência?

Waldir - Ela vai ter de lutar para salvar a Previdência pública e é preciso fazer um grande movimento em todo o país, senão pode vir a ser implantado o sistema previdenciário de capitalização, que é muito sedutor, mas que, na verdade, é um grande assalto. Há uma grande ameaça para o sistema previdenciário brasileiro, mas acredito que a sociedade brasileira vai saber se mobilizar. Mas, não resta dúvida de que vai depender muito da nossa capacidade de discutir o assunto com a população, de fazê-la sentir a profundidade do golpe.